

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES

RAZÃO SOCIAL: Life Tecnologia e Consultoria Ltda

CNPJ: 00.660.928/0001-00

ENDEREÇO: SHCLN Quadra 306 Norte, Bloco "C", Sala 114, Asa Norte - Brasília - DF, CEP 72.745-500.

TELEFONE: (61) 3037-1680

E- MAIL: carlos.batista@lifecon.com.br

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO nº.: 12/2016 - TC/DF

PROCESSO: 5676/2016

ABERTURA: 05/04/2016

HORÁRIO: 14:30 Hs (Brasília)

SITUAÇÃO: NORMAL

Prezado (a) Pregoeiro (a),

A Empresa acima qualificada, vem com o devido respeito e acatamento de costume à Ilustre presença de Vossa Senhoria, para solicitar esclarecimentos sobre à licitação em questão, em conformidade com o item 20, do Edital do Pregão Eletrônico Nº 12/2016:

CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.5. A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e

SEDE: **BRASÍLIA-** SCLN Quadra 306, Bloco C Sala 114, Brasília- DF - CEP: 70745-530, Telefone/Fax: + 55 61 3037-1680.

FILIAIS: **Rio de Janeiro-** Rua da Assembleia, No.93- Sala 1204, Rio de Janeiro- RJ -CEP: 20011-001 Tel.: +55 21 25444968.

São Paulo- Rua Tabatinguera, 140- Sala 415- Praça da Se, São Paulo – SP -CEP: 01001-901, Tel.: + 55 11 3107-0351.

nos prazos previstos no art. 18 do Decreto Federal nº 5.450/2005, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 25.966/2005, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: pregao.tcdf@tc.df.gov.br.

Com efeito, os questionamentos a seguir citados, sustentados pelo princípio da Transparência, da Isonomia, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Probidade Administrativa, da Igualdade, e principalmente, do Julgamento Objetivo, tem a intenção de garantir igualdade de concorrência para todas as Empresas participante do certame trazido à baila.

Dessa forma, garantirá a igualdade/isonomia das partes, por conseguinte, evitará desclassificação por omissão de informação ou informações errôneas, primando assim, pela qualidade dos serviços do objeto pela contratada, por estas razões requer atenção na leitura do presente pedido para que as respostas dos esclarecimentos possam ser feitas de forma clara, objetiva, exata, sem subjetividade e eliminando qualquer rumor no entendimento entre o licitante e a administração.

Assim, requer ao Ilustre Senhor Pregoeiro que esclareça:

Se no certame em questão, será permitido a aplicação da Desoneração da Folha de Pagamento?

Tal questionamento se dá, em virtude de o Edital não mencionar nada a respeito do Instituto da Desoneração da Folha de Pagamento, contudo, mister se faz considerar o recente julgado do TCU – Tribunal de Contas da União, precisamente o Acórdão 480/2015, que julgou procedente o uso deste instituto nessa modalidade de licitação.

Vejamos a Ementa do alusivo julgado:

Ementa:

SEDE: **BRASÍLIA-** SCLN Quadra 306, Bloco C Sala 114, Brasília- DF - CEP: 70745-530, Telefone/Fax: + 55 61 3037-1680.

FILIAIS: **Rio de Janeiro-** Rua da Assembleia, No.93- Sala 1204, Rio de Janeiro- RJ -CEP: 20011-001 Tel.: +55 21 25444968.

São Paulo- Rua Tabatinguera, 140- Sala 415- Praça da Se, São Paulo – SP -CEP: 01001-901, Tel.: + 55 11 3107-0351.

Representação acerca de irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviços continuados de apoio administrativo. Arguição de vantagem indevida, auferida pela licitante vencedora, em decorrência do regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), instituído pela Lei 12.546/2011 para fins de desoneração da folha de pagamentos. Possível violação dos princípios da legalidade e da isonomia sob o argumento de que a atividade econômica principal da licitante vencedora seria incompatível com o objeto da licitação. Improcedência. **Existência de prova de cadastro em atividade econômica secundária compatível com os serviços licitados. Regular enquadramento da empresa no regime de CPRB, nos termos da legislação em vigor.** Prejudicialidade do pedido de medida cautelar para suspensão dos atos do certame. (Grifo nosso). (Processo: **002.657/2015-5** – Acórdão 480/2015).

Extrai-se da análise da Ementa do Julgado nº. 480/2015 – TCU, acima colacionado, que é possível a Desoneração da Folha de Pagamento na Licitação, desde que a licitante, comprove a existência de prova de cadastro em atividade econômica compatível com os serviços licitados.

Deste modo, informa, que Empresa que ora postula esclarecimentos, está regularmente inscrita junto à Receita Federal do Brasil, tendo como atividade principal registrada sob o CNAE nº. 95.11-8-00 – REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS.

Ressalta também que a postulante desenvolve outras atividades secundárias, devidamente anotada, junto aos respectivos CNAE's, inclusive oferece LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA, regularmente registrada sob o CNAE nº. 78.20-5-00, estando, portanto, apta a fazer uso do Instituto da Desoneração, conforme faz prova o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, que ora anexamos ao presente pedido de esclarecimentos.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer sejam prestados esclarecimentos exatamente no tocante à possibilidade de aceitação do instituto da Desoneração da Folha de Pagamento, pelos argumentos acima expostos.

Reforça-se que o presente questionamento, têm o escopo principal de obter de forma clara, objetiva e exata as informações que exclua qualquer subjetividade e rumor no entendimento do licitante e da administração, sustentando desta maneira, os princípios básicos da licitação, que é a participação no certame em pé de igualdade entre os licitantes.

Nesses termos, pede esclarecimento.

Brasília – DF, 04 de abril de 2016.

Elvis dos Santos Ribeiro


Analista de Licitação

Zimbra**pregao.tcdf@tc.df.gov.br**

Pedido de Esclarecimento

De : elvis ribeiro <elvis.ribeiro@lifecon.com.br>

Seg, 04 de abr de 2016 10:12

Assunto : Pedido de Esclarecimento 1 anexo**Para :** pregao tcdf <pregao.tcdf@tc.df.gov.br>

Bom dia, Segue anexo pedido de esclarecimento.

**Pedido de esclarecimento TCDF.docx**2 MB
